



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 13 / 05 / 16

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Luciano Nunes

para relatar.

Em 16 / 05 / 16

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça

PROCESSO: 990016

NATUREZA: Projeto de Lei nº 51/2016

ÓRGÃO: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

MATÉRIA: *Autoriza o Governo do Estado do Piauí a criar o Programa "Internet Banda Larga Gratuita" nos campus da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e nas Escolas Técnicas de Ensino Profissionalizante de responsabilidade do Estado do Piauí e dá outras providências.*

AUTOR: Deputada Flora Isabel

RELATOR: Dep. Luciano Nunes

PARECER

Encontra-se para apreciação por esta Douta Casa Legislativa Projeto de Lei nº 51/2016, de 09 de maio de 2016, de autoria da Deputada Flora Isabel, que *Autoriza o Governo do Estado do Piauí a criar o Programa "Internet Banda Larga Gratuita" nos campus da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e nas Escolas Técnicas de Ensino Profissionalizante de responsabilidade do Estado do Piauí e dá outras providências.* Sobre o qual, nos termos do artigo 34, I, "a" combinado com os artigos 59 a 63 e 139, todos do Regimento Interno desta Douta Casa, foi encaminhado a esta relatoria, para exarar o presente parecer.

Pelo presente projeto trata-se da instalação de internet banda larga com o objetivo de promover a inclusão digital dos estudantes e professores da Universidade Estadual do Piauí e das Escolas Técnicas de Ensino Profissionalizante de responsabilidade do Estado, bem como transformar as salas de aulas em importantes espaços dinâmicos e interativos de aprendizagem e troca de experiências. Além de romper a barreira da exclusão digital garantirá o acesso dos estudantes, servidores e professores.



Luciano Nunes

DEPUTADO ESTADUAL

Alicerçado nas razões e argumentos apresentados e estando o projeto de lei em conformidade com as normas de técnica legislativa e com os aspectos constitucionais, legais, jurídicos e regimentais pertinentes à matéria, somos de parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer, s.m.i.

SALA DAS SESSÕES DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA,
em Teresina, 08 de julho de 2016.


Dep. LUCIANO NUNES

RELATOR

6.ª Turma



Ata da Comissão de Constituição e Justiça

APROVADO A UNANIMIDADE
em, 12/07/16

Presidente da Comissão de


Dep. Luizie Comissão de Administração

Acato o parecer de CCS

Ata da Comissão de Constituição e Justiça

APROVADO A UNANIMIDADE
em, 12/07/16

Presidente da Comissão de
<i>Ordem Pública</i>
Gabinete